

## Economia Social e Solidária

### Cooperativismo e geração de trabalho no município de Turvo/SC

#### Cooperativism and job generation in the municipality of Turvo/SC

Dimas de Oliveira Estevam<sup>1</sup>, Mikaela Fenali Corrêa<sup>1</sup>, Max Richard Coelho Verginio<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade do Extremo Sul Catarinense , Criciúma, SC, Brasil

## RESUMO

O cooperativismo mundial possui grande expressividade socioeconômica, são 1,2 bilhão de cooperados, 280 milhões de postos de trabalho gerados, 3 milhões de cooperativas presente em 150 países. A grande relevância do cooperativismo não tem sido suficiente para amenizar os graves problemas causados pela concentração de renda e riqueza no mundo. Na tentativa de combater as mazelas das desigualdades sociais e a exploração do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolveu o conceito de trabalho decente, como uma estratégia para amenizar os efeitos perversos da precarização do trabalho e das desigualdades sociais. Diante deste contexto, o objetivo do artigo é analisar os empregos gerados pelas cooperativas e empresas não cooperativas, a luz do conceito do trabalho decente, em Turvo/SC, no período de 2006 a 2018. A pesquisa foi realizada em fontes bibliográficas e em coleta de dados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), além de informações disponibilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Atlas Brasil. Os resultados apontam que as cooperativas estão presentes nas principais atividades econômicas do município, o trabalho gerado pelas cooperativas é mais qualificado, quando comparados as empresas não cooperativas. Embora existam desafios a serem superados, tais como: as mulheres têm melhores níveis salariais quando comparados ao setor não cooperativo e ocupam quase a metade dos postos de trabalho gerados nas cooperativas pesquisadas, contudo, ainda permanecem desigualdades salariais em relação aos rendimentos dos homens.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Geração de trabalho; Cooperativas; Setor não cooperativo

## ABSTRACT

Global cooperativism has great socioeconomic significance, with 1.2 billion members, 280 million jobs created, and 3 million cooperatives present in 150 countries. The great importance of cooperativism has not been enough to alleviate the serious problems caused by the concentration of income and wealth worldwide. In an attempt to combat the ills of social inequalities and labor exploitation, the International Labor Organization (ILO) developed the concept of decent work, as a strategy to alleviate the perverse

effects of precarious work and social inequalities. Given this context, the objective of the article is to analyze the jobs generated by cooperatives, in the light of the concept of decent work, in Turvo/SC, from 2005 to 2020. The research was carried out in bibliographic sources and in data collection at RAIS (Annual List of Social Information), in addition to information provided by the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and Atlas Brazil. The results show that cooperatives are present in the main economic activities of the city, and the work generated by cooperatives is more qualified, when compared to non-cooperative companies. Although there are challenges to be overcome, such as: women have better salary levels when compared to the non-cooperative sector and occupy almost half of the jobs generated in the researched cooperatives, wage inequalities in relation to men's earnings still remain.

**Keywords:** Cooperativism; Job generation; Cooperatives; Non-cooperative sector

## 1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo como sistema e doutrina surgiu no século XIX como alternativa econômica e social para enfrentar a situação degradante dos trabalhadores decorrente do liberalismo econômico. Seus princípios baseiam-se no ideal de que a produção seja colocada a favor do consumidor e não do produtor. Para isso, as pessoas se associam e se unem em cooperativas, de forma que o resultado das atividades socioeconômicas beneficie os próprios associados e a comunidade em geral (Pinho, 2004). Desta forma, as cooperativas representam a associação de pessoas com intuito de cooperar umas com as outras, através da união e com os mesmos objetivos. Por meio desta união, buscam solucionar problemas econômicos comuns mediante a solidariedade, portanto, o cooperativismo é um sistema econômico e social, que através da cooperação busca uma distribuição mais justa e equilibrada da riqueza.

Entre os princípios básicos norteadores do cooperativismo está o princípio da justiça social, o que diferencia da livre iniciativa privada. Isso faz com que em regiões com predominância de cooperativas, há um melhor equilíbrio social e econômico. Essas afirmações podem ser verificadas quando são analisados os números do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), nas comunidades em que o sistema cooperativo está presente, se comparados com regiões que não possuem cooperativas, a riqueza está melhor distribuída (Cenzi, 2012).

No Brasil, existem grandes disparidades econômicas e sociais entre as regiões. Pode-se afirmar que o país após um período mais favorável (2004-2014) na geração de emprego, vive uma combinação de crise econômica e política, agravada pela pandemia do Covid-19, na qual as condições de trabalho têm se deteriorado. As políticas de austeridades, promovidas pelos dois últimos governos retiraram direitos trabalhistas, previdenciários e de proteção social, que tem impactado negativamente a geração de empregos formais (Galvão *et al.*, 2019). A Pandemia do Covid-19 aprofundou ainda mais, esse cenário negativo, ampliando o desemprego e deteriorando as condições de trabalho.

Essa tendência da precarização das condições de trabalho, já havia sido constatada na década de 1990, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que lançou o conceito de “Trabalho Decente”, apoiado em quatro objetivos estratégicos que se relacionam com a promoção das normas e direitos fundamentais no trabalho, criação de oportunidades de empregos com remuneração decente, fortalecimento da proteção social e do diálogo tripartite (governos, organizações empresariais e dos trabalhadores). Sendo que o conceito de trabalho decente é sintetizado em três objetivos: Identificar parâmetros que circunscrevam um trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana; orientar a criação de empregos dignos e de qualidade; e recomendar a centralidade da política de empregos de qualidade nos diferentes países membros da OIT (OIT, 1999, 2006).

A estratégia da OIT visa a superação da pobreza, redução das desigualdades, garantia da governabilidade e o desenvolvimento sustentável. Por isso, o conceito de trabalho decente é fundamental para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), em seu “Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico” objetiva promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo, pleno emprego e trabalho decente para todos (ONU, 2015).

Por sua vez, as cooperativas têm sido forçadas a se adaptar as exigências de competitividade do mercado e as novas exigências trabalhistas (OIT, 2015). A par do crescimento do emprego em condições precárias, as cooperativas têm sido vistas, pela OIT, como uma forma alternativa de proporcionar trabalhos decentes. A qual reconheceu a função das cooperativas na geração de trabalho decente através da Recomendação no 193 (OIT, 2002).

Na Região Sul do Estado de Santa Catarina, localiza-se o município de Turvo/SC, se diferencia dos demais municípios da região e do Estado, pela forte presença de cooperativas, elevada renda per capita e IDH alto. Neste município, as cooperativas estão presentes em três ramos do cooperativismo: agropecuário, crédito e infraestrutura. Essas especificidades municipais, nos leva a formular a seguinte pergunta: os empregos gerados por estas cooperativas são mais qualificados do que os gerados por empresas não cooperativas? Se definiu como objetivo desse artigo analisar os empregos gerados pelas cooperativas e empresas não cooperativas, a luz do conceito do trabalho decente, em Turvo/SC, no período de 2005 a 2018.

As cooperativas têm maior participação de trabalhadores com nível médio completo, seguidos, do ensino superior completo, tendência verificadas nos estudos de Verginio (2017) e Jacques; Verginio; Estevam (2020) em que foi constatado que as cooperativas contratam trabalhadores com melhores níveis escolares do que o setor não cooperativo. Para finalizar, também, foram verificados que os trabalhadores das cooperativas têm maior estabilidade nos empregos, quando comparados ao setor não cooperativo.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdutória e das considerações finais, a segunda parte apresenta breves considerações acerca do cooperativismo, geração de trabalho e do desenvolvimento econômico, a terceira parte, trata da metodologia e a última, a apresentação e análise dos resultados da pesquisa.

## **2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO COOPERATIVISMO, GERAÇÃO DE TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O movimento cooperativo moderno emergiu em conjugação com o capitalismo, no início do século XIX, para lhe resistir e atenuar os efeitos perversos para os trabalhadores (Namorado, 2005). O marco formal do cooperativismo remonta ao ano de 1844, em Rochdale, nos arredores de Manchester, em que um grupo formado por 28 tecelões, fundaram a primeira cooperativa oficial, a “Sociedade dos Probos de Rochdale”, (Bialoskorski Neto, 2007 e 2012; Pinho, 2001; Rios, 1989; Schneider, 1991). Essa iniciativa foi a pioneira por definir alguns dos princípios direcionadores das cooperativas desde então, são eles: a) uma pessoa, um voto. Independentemente do valor investido; b) quanto à entrada de novos sócios, a cooperativa seria aberta; c) a cooperativa remuneraria o capital integralizado de forma fixa; d) as sobras seriam rateadas proporcionalmente às transações realizadas entre os cooperados e a cooperativa; e) as vendas realizadas pela cooperativa seriam sempre à vista, alternativa encontrada para evitar a inadimplência dos cooperados; f) os produtos comercializados pela cooperativa seriam puros, haja visto que produtos adulterados eram comuns na Inglaterra; g) a educação cooperativista seria uma bandeira e, h) a cooperativa procuraria manter-se neutra em questões políticas e religiosas (Singer, 2002).

Todavia, as primeiras experiências cooperativas, para Schneider (1991), iniciaram na Idade Média e início da Idade Moderna. Nesse período, já apresentavam traços identificados aos apresentados, nas cooperativas atuais, como ajuda mútua, “guildas de comerciantes” e “corporações de ofício”. Contudo é na metade do século XVIII que a cooperação toma forma mais definida, através da busca de um sistema econômico e social fundado na cooperação, mas é com os precursores do cooperativismo, na Inglaterra, que se inicia a construção de um modelo conceitual aperfeiçoado, na vivência concreta e inspirado nas orientações e doutrinas defendidas presentes nas cooperativas atuais.

A proposta inicial do cooperativismo na Inglaterra, conforme Lima (2004), era superar as condições precárias de trabalho e, também, de vida dos operários ingleses. Por isso, as cooperativas representavam formas de resistências, desde propostas revolucionárias, até propostas reformistas de humanização das relações capital-trabalho de inspiração cristã. Atualmente, com a crise do modelo fordista de produção, aumentou a necessidade de buscar formas alternativas de trabalho, perante o crescimento do desemprego, da perda dos direitos trabalhistas e o enfraquecimento do movimento sindical. O cooperativismo ressurge, como uma das possibilidades para diminuir as assimetrias sociais e econômicas da atualidade. Na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, o cooperativismo tem muito a contribuir, no contexto atual na era da globalização (Lima, 2004).

Uma cooperativa é uma associação entre pessoas que buscam o atendimento de suas necessidades comuns. De modo geral, são organizações socioeconômicas de produção agropecuária ou industrial, comercial de produtos, oferta de serviços, aquisição de bens, acesso a operações financeiras, crédito e outras. A alternativa para viabilização desses aspectos, no caso, é a constituição de uma organização: a cooperativa, em que os sócios são titulares, ao mesmo tempo, do capital e da força de trabalho (Ricciardi; Lemos, 2000). Para Bialoskorski Neto (2007) as cooperativas assumem um papel de grande relevância, uma vez que proveem a sociedade, não só de bens públicos e sociais, como também promovem o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego.

A associação entre cooperativismo e o desenvolvimento tem sido um tema cada vez mais relacionado, contudo, o conceito de desenvolvimento tem sofrido transformações ao longo do tempo. A partir dos anos de 1970, passou a ser associado a adjetivos como econômico, social, local, regional, humano, sustentável, entre outros. Existe certo consenso de que o mero crescimento da economia não é condição suficiente para se alcançar o desenvolvimento. O desenvolvimento não pode ser medido somente pelo crescimento do PIB, mas deve ser acompanhado de outros elementos como os aspectos de ganhos sociais (Furtado, 2004).

As dúvidas em relação de que o crescimento econômico, pode não levar ao desenvolvimento começaram a surgir, quando os resultados demonstraram que houve crescimento econômico e aumento das desigualdades sociais, no mundo e no Brasil (Cardoso, 1995). O crescimento econômico, além de não diminuir as desigualdades sociais, tem criado sérios problemas socioambientais, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais. Portanto, para que haja o desenvolvimento é preciso ocorrer transformações nos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

O desenvolvimento econômico é entendido por Furtado (2004) como melhoria da qualidade de vida da coletividade, englobando não somente a ideia de crescimento econômico, mas, também, a de desenvolvimento. Para Furtado (2004), o crescimento econômico, tal qual como conhecemos, tem se fundamentado na preservação dos privilégios das elites; já o desenvolvimento, para o autor, se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (Furtado, 2004).

Para alcançar, efetivamente, o desenvolvimento, faz-se necessário a participação ativa da sociedade, com capacidades de agir coletivamente e interagir, cooperar e associar-se. Na perspectiva de Cardoso (1995), a participação necessita da ação de sujeitos com iniciativas de inserção de novas tecnologias, de canais de comercialização, além de outras ações de mobilização coletiva, na busca por recursos que assegurem investimentos locais.

A resolução dos problemas passa, também, pela busca dos sujeitos locais e não somente pela ação do estado ou isoladamente. Para atingir o desenvolvimento a participação dos indivíduos é essencial, pois gera condições favoráveis para a cooperação, ajuda mútua e ações em conjunto. Uma predisposição do sistema de cooperativas é o desenvolvimento, principalmente pelo seu sistema de livre associação e gestão democrática, em que seus membros têm aspirações comuns. As sociedades cooperativas têm promovido o desenvolvimento de suas respectivas comunidades (Souza, 2008).

Em regiões em que se tem a predominância de cooperativas, segundo Braúna (2016) se tem melhores índices quantitativos e qualitativos de qualidade de vida, estímulo e o respeito a comunidade e ao ser humano. As organizações cooperativas impulsionam o desenvolvimento local e regional, proporcionando benefícios que vão além dos ganhos econômicos. As cooperativas atuam em diversos ramos econômicos, geram alternativas de trabalho, contribuindo para o enfrentamento de crises econômicas e sociais, que se vivencia nos dias de hoje, como a diminuição de postos de trabalho formal. As cooperativas têm contribuído, duplamente na diminuição do desemprego, por um lado, quando amplia o número de cooperados, por outro, quando cria postos de trabalho.

Diante do cenário de agravamento das condições de trabalho, a OIT, lançou em 1999, o conceito de “Trabalho Decente”, apoiado em quatro objetivos estratégicos que se relacionam com a promoção das normas e direitos fundamentais no trabalho, criação de oportunidades de empregos com remuneração decente, fortalecimento da proteção social e do diálogo tripartite (governos, organizações empresariais e dos trabalhadores). Sendo que o conceito de trabalho decente é sintetizado em três objetivos: Identificar parâmetros que circunscrevam um trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana; orientar a criação de empregos dignos e de qualidade; e recomendar a centralidade da política de empregos de qualidade nos diferentes países membros da OIT (OIT, 1999, 2006). Estas recomendações, da OIT, são consideradas relevantes para a superação da pobreza, da redução das desigualdades, garantia da governabilidade e do desenvolvimento sustentável.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, foi o exploratório-descritivo, numa abordagem quali-quantitativa, sobre o mercado de trabalho formal e o cooperativismo em Turvo/SC. Segundo Gil (1999) à pesquisa descritiva, tem como

objetivo à descrição das características de determinada população ou fenômeno. Já em relação as pesquisas exploratórias, são realizadas pelos pesquisadores sociais, preocupados com a atuação prática, tendo por finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar. Seu objetivo é o aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições, as informações são obtidas em levantamentos bibliográficos, entre outras fontes (Gil, 1999).

Trata-se de estudo transversal, descritivo, a amostra do estudo compreende 47.916 vínculos ativos formais de trabalho no município de Turvo/SC, separados entre vínculos em cooperativas e outros estabelecimentos, no período de 2006 a 2018, resultante da exclusão de linhas contendo valores faltantes, após a seleção das variáveis dos microdados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais): Faixa de Remuneração em dezembro (salário-mínimo); Escolaridade; Faixa de Tempo de Emprego, Sexo do Trabalhador. Os dados foram tratados e analisados utilizando a linguagem R versão 4.0.3. Foram utilizados estatísticas descritivas e testes de qui-quadrado para comparar proporções dos grupos definidos por cooperativa ou outros, considerando um nível de significância de 5%. As variáveis selecionadas foram determinadas de acordo com Bonnet, Figueiredo e Standing (2003) e Cacciamali e Cortés (2010), em que buscam identificar diferentes níveis de segurança socioeconômica: geração de emprego e nível de remuneração geral, nível de remuneração e equidade no trabalho entre homens e mulheres e segurança no trabalho e tempo de emprego.

Para verificar se a frequência observada no grupo cooperativas desvia significativamente ou não dos valores esperados em relação aos outros tipos de estabelecimentos, foi aplicado o teste de Chi-quadrado. Neste caso, o evento analisado é a distribuição de frequência nas variáveis remuneração, escolaridade, estabilidade e sexo do trabalhador.

O teste de Chi-quadrado testa a hipótese que visa avaliar a associação entre variáveis qualitativas, ou seja, variáveis categóricas nominais. É classificado como teste não paramétrico, que não depende de estimativas de parâmetros populacionais tais como média e variância. Basicamente o teste compara proporções entre variáveis categóricas,

de modo a identificar diferenças entre as frequências observadas e frequências esperadas para um determinado evento e/ou fenômeno. (Barbetta, 2006)

A condição para aplicação do teste de Chi-quadrado é que os grupos sejam independentes, os itens de cada grupo sejam escolhidos de forma aleatória, as observações devem ser de frequências, cada observação deve estar em apenas uma categoria, e a amostra deve ser relativamente grande. Em relação ao tamanho mínimo de observações da amostra por célula, pode-se utilizar o critério de cinco observações para muitos grupos, e ao menos, 10 observações para poucos grupos.

O teste Chi-quadrado é basicamente uma forma de reduzir a um único número os desvios de uma proporção hipotética, o que possibilita determinar uma probabilidade sobre a causalidade ou não dos desvios entre as proporções observadas e esperadas. Abaixo segue o modo de calcular o chi-quadrado:

$$\chi^2 = \sum \frac{d^2}{e}$$

Onde, os desvios,  $d$ , são calculados a partir da diferença entre a frequência observada para cada classe,  $o$ , e a frequência esperada para cada classe,  $e$ . Os desvios são elevados ao quadrado para possibilitar a somatória, caso contrário o resultado seria zero. A somatória dos desvios elevados ao quadrado, divididos pela frequência esperada para cada classe, resulta no valor de chi-quadrado,  $X^2$ . Assim, quando  $X^2$  for muito pequeno, significa que as frequências observadas e frequências esperadas são muito próximas. E quando  $X^2$  for grande, significa que as diferenças são grandes.

$$H_0: o = e$$

$$H_1: o \neq e$$

De modo que a hipótese nula,  $H_0$ , indica a não associação entre os grupos (causalidade) ao nível de significância,  $\alpha$ . E a hipótese alternativa,  $H_1$ , indica que os grupos estão associados ao nível de significância,  $\alpha$ . Em que,  $\alpha$ , representado o risco de rejeitar uma hipótese verdadeira.

## 4 COOPERATIVISMO E GERAÇÃO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC

### 4.1 Caracterização do Município de Turvo/SC

O município Turvo está situado no litoral sul de Santa Catarina e integra a Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), que abrange quinze municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

O município possui uma área territorial de 235,104 km<sup>2</sup> e uma população de 11.854 habitantes, segundo censo demográfico de 2010. Desse total 66,8% residiam em áreas urbanas e 33,2% em áreas rurais, sendo 50,7% compostos por mulheres e 49,4% por homens (IBGE, 2010). Em 2020, a população estimada de Turvo era de 12.990 pessoas (IBGE, 2020).

O início da colonização de Turvo/SC aconteceu a partir de 1913, marcada pela vinda de imigrantes italianos e descendentes. Esses imigrantes eram trabalhadores rurais em sua terra de origem, mas devido a insuficiência de terras que garantissem a sobrevivência, ou mesmo, por não possuir propriedades migraram para o município. A imigração surgiu com indícios de uma “nova era” e com a possibilidade de se tornarem pequenos proprietários de terra (Minatto; Corrêa, 2003). O meio rural turvense é formado por pequenas unidades familiares de produção, em que a força de trabalho é majoritariamente familiar. A economia do município é baseada na agricultura. Turvo é reconhecido, nacionalmente, como a “capital da mecanização agrícola e do arroz” (Minatto e Corrêa, 2003).

A tabela 1, abaixo, apresenta a produção anual das principais lavouras temporárias e permanentes em toneladas, do período de 2006 a 2018. O arroz é o principal produto do município, teve a maior produção em 2017, mas sempre foi acima de 60.000 toneladas. A mandioca tem sofrido oscilações durante os anos, teve

sua maior produção em 2009, no ano seguinte, a produção caiu, passou três anos sem ser produzido, voltando a ser em 2014. O maracujá teve a maior produção nos anos de 2008 a 2010, com grande oscilação, deixando e voltando a ser produzido. A produção de milho, nos primeiros anos, não era produzida, a partir de 2011 começou a ser numa escala razoável, o mesmo, tem acontecido com a soja, a partir de 2017. Esses são os principais produtos agrícolas produzidos em Turvo/SC.

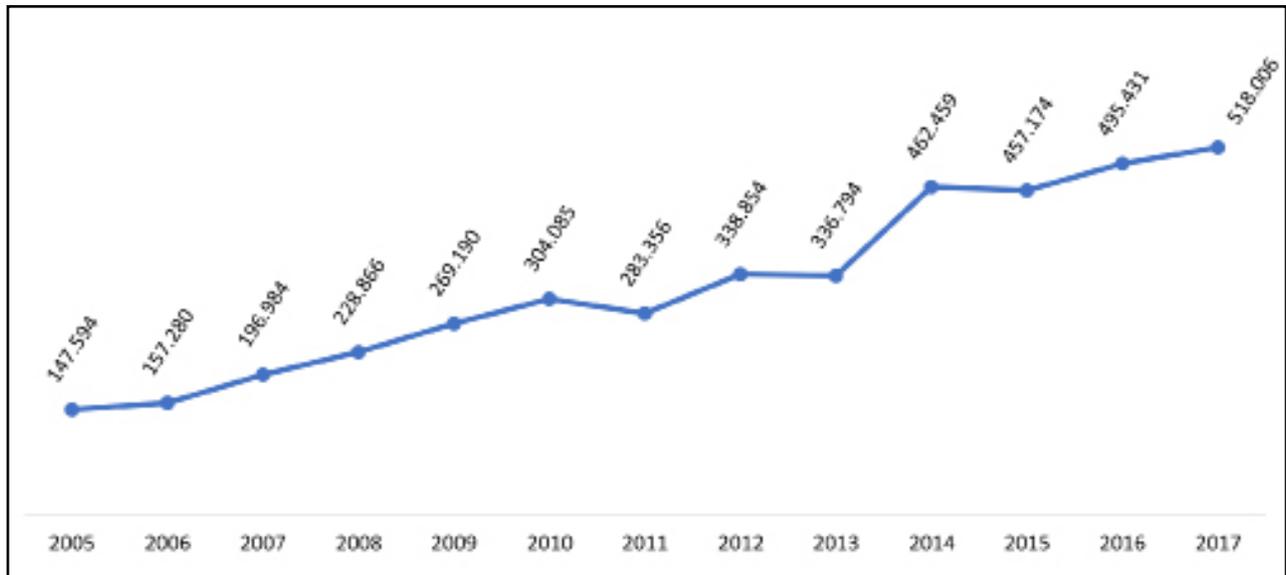
Tabela 1 – Produto das lavouras temporárias e permanentes em Turvo - SC de 2006 a 2018

Ano	Arroz (em casca)	Banana (cacho)	Cana-de- açúcar	Feijão (em grão)	Fumo (em folha)	Laranja	Milho (em grão)	Mandioca	Maracujá	Soja (em grão)
2006	69238	588	1050	330	1777	80	4980			
2007	69600	848	1045	280	1873	64	4980			
2008	68760	1500	2400	220	1681	75	6330			
2009	67500	1500	2400	209	2215		6330			
2010	73500	1560		70	2050		5376	30		
2011	63000	1560		110	1138		6144	300		
2012	67500	1560		59	1190		4500	300		
2013	68340	1560		160	1800		6900	300		
2014	74970	1560		150	1800		6900	300		
2015	75375	1560		110	1700		6900	300		
2016	73000	1560		60	1054		4480	230	100	
2017	80400	1560		45	1620		10935	510	144	108
2018	78390	1560		60	1417		10080	510	400	432

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal (2020). Elaboração própria.

A modernização do setor agrícola foi fundamental para o desenvolvimento do município, como foi o caso do aproveitamento das terras de várzeas para a cultura do arroz, a partir da década de setenta. Com isso, houve o fortalecimento do comércio e da indústria local e o aumento do PIB per capita municipal. Cooperativas e novos postos de trabalhos foram criados, a cadeia produtiva do arroz continua sendo a principal fonte geradora de emprego e renda no município. (Estevam; Biz; Salvaro, 2016)

Figura 1 – A evolução do PIB no município de Turvo/SC – valores em milhões



Fonte: IBGE (2020). Elaboração própria.

Conforme os dados da Figura 1, acima, que apresenta, dados deflacionados, sobre a evolução do PIB no município de Turvo/SC, em 2005, o PIB do município era de pouco mais R\$ 147 milhões, durante esse, período houve duas quedas, em 2011 e 2013, chegando ao seu ápice em 2017, com R\$ 518 milhões (IBGE, 2020). Neste mesmo ano (2017), se teve a maior produção de arroz do município. Se verifica, na trajetória de anos analisados, crescimento do PIB.

Em 1991, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) era de 0,545, subiu para 0,740 em 2010, considerado alto. O crescimento no IDHM foi puxado pelo crescimento da renda per capita e pela melhoria do nível de educação e, saúde. Se destaca, também, a contribuição das cooperativas no município e seu papel fundamental no desenvolvimento do município, principalmente na geração de trabalho e renda. (IBGE, 2020).

## 4.2 Geração de Trabalho nas Cooperativas de Turvo/SC

Na região do Extremo Sul catarinense tem-se 50 cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). Destas, 12 tem

sede no município de Turvo, cabendo destacar as mais relevantes: Cootil (Cooperativa Turvense de Irrigação Ltda), Cersul (Cooperativa de Eletrificação Rural de Turvo), Cersul-Geração (Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento), Coopersulca (Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense) e Sicoob-Credisulca (Cooperativa de Crédito Rural Sul Catarinense Ltda) (OCESC, 2020). Estas quatro cooperativas são foco da análise a seguir sobre a geração de empregos no município de Turvo - SC.

#### 4.2.1 Setores de Atividade Econômica

Para analisar a geração de trabalhos formais das respectivas cooperativas citadas acima, se utilizou dados disponibilizado pela RAIS, que possui seções abrangendo setores, como, a seção de Indústrias de Transformação, consta a divisão de Fabricação de Produtos Alimentícios, dentro do grupo de Moagem, a fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, a seção da classe Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz, se enquadra a cooperativa agropecuária, por abordar o setor da agricultura, produção e pós colheita. Já na seção de Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços relacionados, nessa divisão, possui Atividades Financeiras, no grupo Intermediação monetária (depósitos a vista, na classe crédito cooperativo aborda-se a cooperativa de crédito). E por último, a seção de Eletricidade e Gás, com a divisão de Eletricidade, Gás e outras utilidades, possui o grupo Geração, transmissão e distribuição de energia e na classe Distribuição de energia situa-se a cooperativa de distribuição de energia. A tabela 2, contém a quantidade de vínculos formais de trabalho por atividades econômicas do município de Turvo – SC, nos anos 2006 e 2018, mostra em quais setores as cooperativas geraram empregos. Sendo que estavam presentes tanto em 2006 como em 2018, nas seções A, C, D, G, K e S. Os setores H e N são setores recentes, aparecendo na tabela no ano 2018. Neste período houve um crescimento nos setores A, D, G, K e S. E uma redução no setor C, que corresponde a Indústria de Transformação. E os principais setores do cooperativismo no em Turvo-SC são K, C, D e G. Dentre estes setores, K (Atividades Financeiras), triplicou o número de vínculos de 2006 a 2018.

Tabela 2 – Vínculos Formais de Trabalho por Atividade Econômica em Cooperativas em Turvo - SC (2006 e 2018)

CNAE SEÇÃO	Cooperativa		Outras	
	2006 N (%)	2018 N (%)	2006 N (%)	2018 N (%)
A Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicul.	4 (1.5%)	10 (1.9%)	73 (3.0%)	120 (3.3%)
C Indústrias de Transformação	107 (39.6%)	84 (16.2%)	772 (32.0%)	1137 (30.9%)
D Eletricidade e Gás	85 (31.5%)	97 (18.7%)		4 (0.1%)
E Água, Esgoto, Atividades de Gestão De Resíduos e Descon.			7 (0.3%)	14 (0.4%)
F Construção			396 (16.4%)	502 (13.6%)
G Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocic.	19 (7.0%)	75 (14.5%)	547 (22.6%)	835 (22.7%)
H Transporte, Armazenagem e Correio		11 (2.1%)	128 (5.3%)	295 (8.0%)
I Alojamento e Alimentação			16 (0.7%)	31 (0.8%)
J Informação e Comunicação			9 (0.4%)	20 (0.5%)
K Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	53 (19.6%)	217 (41.8%)	37 (1.5%)	49 (1.3%)
M Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas			6 (0.2%)	56 (1.5%)
N Atividades Administrativas e Serviços Complementares		21 (4.0%)	17 (0.7%)	44 (1.2%)
O Administração Pública, Defesa e Seguridade Social			261 (10.8%)	319 (8.7%)
P Educação			43 (1.8%)	32 (0.9%)
Q Saúde Humana e Serviços Sociais			59 (2.4%)	137 (3.7%)
R Artes, Cultura, Esporte e Recreação			2 (0.1%)	3 (0.1%)
S Outras Atividades de Serviços	2 (0.7%)	4 (0.8%)	43 (1.8%)	66 (1.8%)
B Indústrias Extrativas				9 (0.2%)
L Atividades Imobiliárias				7 (0.2%)
Total	270 (100.0%)	519 (100.0%)	2416 (100.0%)	3680 (100.0%)

Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

## 4.2.2 Sexo do Trabalhador

Quando se analisa, o mercado de trabalho formal, neste espaço ainda tem o predomínio dos homens, embora venha diminuindo gradativamente no decorrer dos anos, conforme se percebe que a inserção das mulheres, os dados apresentados na Tabela 3, sobre as cooperativas de Turvo/SC.

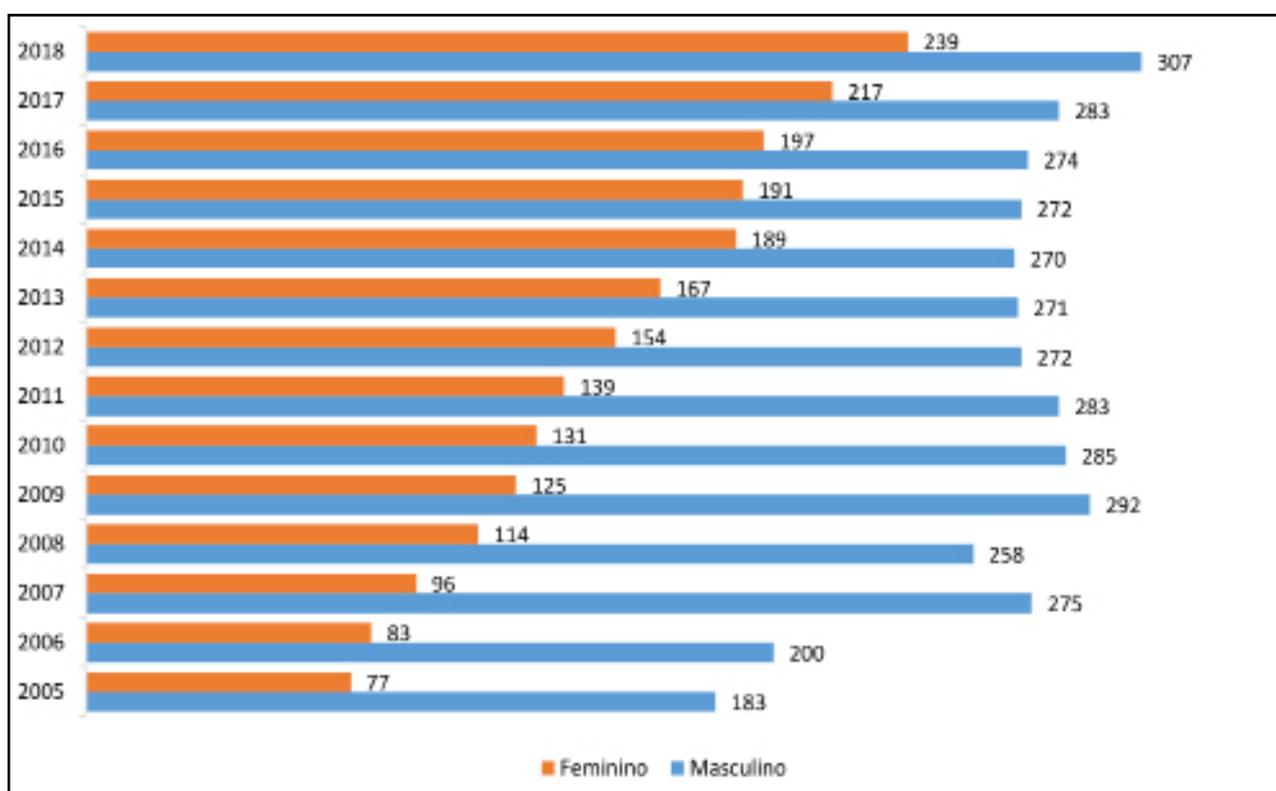
Tabela 3 – Vínculos Formais de Trabalho por sexo do trabalhador em cooperativas de Turvo - SC de 2006 a 2018

Ano	Cooperativas			Outras		
	Feminino N (%)	Masculino N (%)	Total N (%)	Feminino N (%)	Masculino N (%)	Total N (%)
2006	81 (30.0%)	189 (70.0%)	270 (100.0%)	821 (34.0%)	1595 (66.0%)	2416 (100.0%)
2007	90 (28.2%)	229 (71.8%)	319 (100.0%)	930 (34.4%)	1771 (65.6%)	2701 (100.0%)
2008	109 (30.6%)	247 (69.4%)	356 (100.0%)	1045 (36.8%)	1792 (63.2%)	2837 (100.0%)
2009	118 (30.6%)	268 (69.4%)	386 (100.0%)	1138 (37.2%)	1921 (62.8%)	3059 (100.0%)
2010	118 (30.8%)	265 (69.2%)	383 (100.0%)	1219 (38.0%)	1989 (62.0%)	3208 (100.0%)
2011	134 (33.3%)	269 (66.7%)	403 (100.0%)	1227 (36.4%)	2145 (63.6%)	3372 (100.0%)
2012	150 (36.8%)	258 (63.2%)	408 (100.0%)	1302 (37.4%)	2183 (62.6%)	3485 (100.0%)
2013	153 (37.5%)	255 (62.5%)	408 (100.0%)	1290 (37.3%)	2167 (62.7%)	3457 (100.0%)
2014	174 (40.9%)	251 (59.1%)	425 (100.0%)	1397 (37.2%)	2358 (62.8%)	3755 (100.0%)
2015	183 (41.6%)	257 (58.4%)	440 (100.0%)	1411 (37.8%)	2321 (62.2%)	3732 (100.0%)
2016	187 (41.9%)	259 (58.1%)	446 (100.0%)	1345 (39.4%)	2072 (60.6%)	3417 (100.0%)
2017	202 (42.3%)	275 (57.7%)	477 (100.0%)	1421 (39.9%)	2136 (60.1%)	3557 (100.0%)
2018	232 (44.7%)	287 (55.3%)	519 (100.0%)	1384 (37.6%)	2296 (62.4%)	3680 (100.0%)

Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

A quantidade de mulheres, de acordo com a Figura 2, nas cooperativas tem aumentado, desde o ano de 2006 a 2018. No decorrer do período, em 2005 eram 77 mulheres e 183 o que correspondia 30% de mulheres. A diferença diminuiu em 2018, 239 mulheres e 307 homens, corresponde a 44,7%, na participação de número de mulheres em empregos formais em cooperativas. Ou seja, houve um crescimento no número de mulheres em cooperativas superior ao crescimento do número de homens. O que indica uma redução no aspecto quantitativo da desigualdade entre sexos no período analisado.

Figura 2 – Número de trabalhadores/as das cooperativas de 2005 a 2018



Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

#### 4.2.3 Idade do Trabalhador

A tabela 4, apresenta-se a quantidade de vínculos gerados por cooperativas por faixa etária. Ao observar a distribuição de vínculos por faixa etária pode-se ressaltar que a faixa que com maior percentual é de 30 e 39 anos, esta faixa também teve o

maior crescimento ao longo do período passando de 27,4% para 32,2% do total. Ao passo que nas faixas de 18 a 24 anos houve redução quase que na mesma proporção. Um movimento semelhante ocorre entre as faixas de 40 a 49 anos e de 50 a 64 anos, onde a segunda aumenta sua importância na distribuição enquanto a primeira reduz, em rapidez semelhante. Os trabalhadores com mais de 50 anos, o número é reduzido.

Tabela 4 – Vínculos Formais de Trabalho nível escolaridade em cooperativas de Turvo - SC de 2006 a 2018

Ano	18 a 24 anos N (%)	25 a 29 anos N (%)	30 a 39 anos N (%)	40 a 49 anos N (%)	50 a 64 anos N (%)	65 anos ou mais N (%)	Total N (%)
2006	61 (22.6%)	57 (21.1%)	74 (27.4%)	52 (19.3%)	26 (9.6%)		270 (100.0%)
2007	76 (23.8%)	71 (22.3%)	86 (27.0%)	62 (19.4%)	24 (7.5%)		319 (100.0%)
2008	86 (24.2%)	75 (21.1%)	94 (26.4%)	77 (21.6%)	22 (6.2%)	2 (0.6%)	356 (100.0%)
2009	105 (27.2%)	78 (20.2%)	96 (24.9%)	80 (20.7%)	25 (6.5%)	2 (0.5%)	386 (100.0%)
2010	89 (23.2%)	83 (21.7%)	101 (26.4%)	82 (21.4%)	25 (6.5%)	3 (0.8%)	383 (100.0%)
2011	88 (21.8%)	77 (19.1%)	121 (30.0%)	84 (20.8%)	30 (7.4%)	3 (0.7%)	403 (100.0%)
2012	89 (21.8%)	86 (21.1%)	113 (27.7%)	79 (19.4%)	37 (9.1%)	4 (1.0%)	408 (100.0%)
2013	81 (19.9%)	92 (22.5%)	121 (29.7%)	72 (17.6%)	41 (10.0%)	1 (0.2%)	408 (100.0%)
2014	75 (17.6%)	100 (23.5%)	136 (32.0%)	72 (16.9%)	41 (9.6%)	1 (0.2%)	425 (100.0%)
2015	77 (17.5%)	95 (21.6%)	146 (33.2%)	74 (16.8%)	48 (10.9%)		440 (100.0%)
2016	73 (16.4%)	98 (22.0%)	150 (33.6%)	81 (18.2%)	43 (9.6%)	1 (0.2%)	446 (100.0%)
2017	85 (17.8%)	108 (22.6%)	148 (31.0%)	90 (18.9%)	45 (9.4%)	1 (0.2%)	477 (100.0%)
2018	83 (16.0%)	119 (22.9%)	167 (32.2%)	92 (17.7%)	56 (10.8%)	2 (0.4%)	519 (100.0%)

Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

#### 4.2.4 Escolaridade do trabalhador

Os dados da tabela 5 apresentam os níveis de escolaridade dos trabalhadores das cooperativas do município. Superior Completo é a categoria com maior proporção de vínculos nas cooperativas (33,7%), em seguida Ensino Médio Completo (26,5%), algo que contrasta com outros tipos de estabelecimentos, sendo que nestes outros a proporção é de 11,2% com ensino superior e 45,8% com ensino médio. Se tratada estas duas categorias apenas como indicadores do grau de instrução da força de trabalho, pode-se notar que, nestas cooperativas é necessário maior qualificação, o que reflete na necessidade de maior nível de escolaridade.

Tabela 5 – Vínculos Formais de Trabalho por nível de escolaridade em meses em cooperativas de Turvo - SC em 2018

<b>Escolaridade</b>	<b>cooperativa N (%)</b>	<b>outras N (%)</b>	<b>Total N (%)</b>
Até 5a Incompleto	11 (2.1%)	207 (5.4%)	218 (5.0%)
5a completo Fundamental	22 (4.2%)	191 (5.0%)	213 (4.9%)
6a a 9a Fundamental	47 (8.9%)	218 (5.7%)	265 (6.1%)
Fundamental Completo	30 (5.7%)	376 (9.8%)	406 (9.3%)
Médio Incompleto	28 (5.3%)	478 (12.4%)	506 (11.6%)
Médio Completo	140 (26.5%)	1763 (45.8%)	1903 (43.4%)
Superior Incompleto	72 (13.6%)	188 (4.9%)	260 (5.9%)
Superior Completo	178 (33.7%)	431 (11.2%)	609 (13.9%)
<b>Total</b>	<b>528 (100.0%)</b>	<b>3852 (100.0%)</b>	<b>4380 (100.0%)</b>

Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

Os dados da tabela 5, corroboram com as pesquisas realizadas por Jacques; Verginio; Estevam (2020), sobre a geração de trabalho nas cooperativas brasileiras, cuja escolaridade das mulheres é superior à dos homens. Também, foi verificado, que as cooperativas apresentam proporção maior de vínculos com ensino superior incompleto e completo, 35,33%, no setor não cooperativo era de 16,64%. Esse fato, delas terem escolarização superior aos homens, não é garantia de melhores

remunerações em relação a eles. Os estudos sobre as diferenças salariais têm demonstrado que as mulheres, embora apresentem escolaridade superior aos homens, as médias salarias são inferiores, contudo, no setor não cooperativo as diferenças salariais entre os sexos são maiores (Jacques; Verginio; Estevam, 2020).

Noutro estudo realizado por Verginio (2017), sobre as cooperativas do Sul Catarinense, observou que as mulheres recebem mais em cooperativas do que em empresas não-cooperativas (Entidades Empresariais, exceto 2143 Cooperativa). Embora, na média, elas recebam menos que os homens, a tendência ao longo do tempo foi de diminuição das desigualdades salariais, em 2007 era 68,8%, diminuiu para 82,1% em 2015.

#### 4.2.5 Tempo de Emprego

A tabela 6 a seguir apresenta dados relativos ao tempo de emprego em meses de vínculos de trabalho formal em cooperativas. Estes dados permitem verificar que, em cooperativas há uma maior proporção de vínculos formais de trabalho em faixas mais altas de tempo de emprego. Sendo que 46,4% dos vínculos em cooperativas estão a mais de 60 meses, em comparação, outros estabelecimentos chegam a 29,7% do total de vínculos. Em outros estabelecimentos a proporção de vínculos que estão a menos de 6 meses na empresa também é significativamente superior, sendo 19,1% versus 11,2 % dos vínculos em cooperativas. Estes valores indicam que em cooperativas há uma relativa menor rotatividade do trabalho, o que está relacionado a uma maior estabilidade do vínculo de trabalho. Esta estabilidade é um elemento importante para o trabalhador, porque permite um maior planejamento de sua carreira profissional.

Tabela 6 – Vínculos Formais de Trabalho por tempo de emprego em meses em cooperativas de Turvo - SC em 2018

<b>Tempo de emprego</b>	<b>Cooperativa N (%)</b>	<b>Outras N (%)</b>	<b>Total N (%)</b>
Até 2,9 meses	30 (5.8%)	432 (11.7%)	462 (11.0%)
3,0 a 5,9 meses	28 (5.4%)	274 (7.4%)	302 (7.2%)
6,0 a 11,9 meses	49 (9.4%)	508 (13.8%)	557 (13.3%)
12,0 a 23,9 meses	63 (12.1%)	598 (16.2%)	661 (15.7%)
24,0 a 35,9 meses	34 (6.6%)	325 (8.8%)	359 (8.5%)
36,0 a 59,9 meses	74 (14.3%)	449 (12.2%)	523 (12.5%)
60,0 a 119,9 meses	117 (22.5%)	605 (16.4%)	722 (17.2%)
120,0 meses ou mais	124 (23.9%)	489 (13.3%)	613 (14.6%)
<b>Total</b>	<b>519 (100.0%)</b>	<b>3680 (100.0%)</b>	<b>4199 (100.0%)</b>

Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

#### 4.2.6 Remuneração

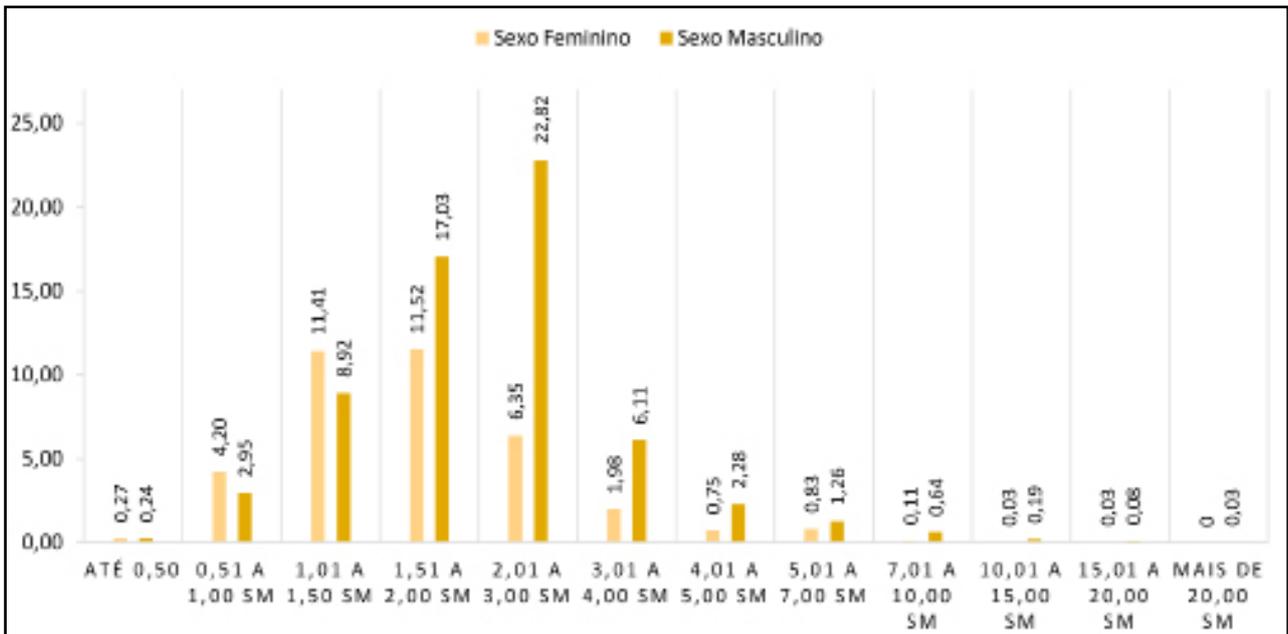
A tabela 7, a seguir, apresenta a distribuição de vínculos formais de trabalho por faixa de remuneração em cooperativas comparativamente a outros estabelecimentos. Ao analisar especificamente a coluna sobre cooperativas é possível verificar que a maior parte dos vínculos estão em faixas medianas entre 1,51 a 4 salários mínimos, cerca de 58,7 % do total em cooperativas. Enquanto 78,8 % do total de vínculos em na coluna outros estabelecimentos então em faixa entre baixa e intermediária, sendo de 1,01 a 3 salários-mínimos. A partir da observação destes dados é possível verificar que a uma melhor distribuição entre as remunerações em cooperativas, quando comparadas com outros estabelecimentos no município.

Tabela 7 – Vínculos Formais de Trabalho por nível remuneração em dezembro em salário-mínimo em cooperativas de Turvo - SC em 2018

<b>Remuneração em dezembro</b>	<b>Cooperativa N (%)</b>	<b>Outras N (%)</b>	<b>Total N (%)</b>
Até 0,50 salários mínimos	1 (0.2%)	19 (0.5%)	20 (0.5%)
0,51 a 1,00 salários mínimos	28 (5.4%)	228 (6.2%)	256 (6.1%)
1,01 a 1,50 salários mínimos	17 (3.3%)	746 (20.3%)	763 (18.2%)
1,51 a 2,00 salários mínimos	89 (17.1%)	1064 (28.9%)	1153 (27.5%)
2,01 a 3,00 salários mínimos	126 (24.3%)	1089 (29.6%)	1215 (28.9%)
3,01 a 4,00 salários mínimos	90 (17.3%)	302 (8.2%)	392 (9.3%)
4,01 a 5,00 salários mínimos	57 (11.0%)	113 (3.1%)	170 (4.0%)
5,01 a 7,00 salários mínimos	55 (10.6%)	78 (2.1%)	133 (3.2%)
7,01 a 10,00 salários mínimos	31 (6.0%)	28 (0.8%)	59 (1.4%)
10,01 a 15,00 salários mínimos	16 (3.1%)	8 (0.2%)	24 (0.6%)
15,01 a 20,00 salários mínimos	3 (0.6%)	4 (0.1%)	7 (0.2%)
Mais de 20,00 salários mínimos	6 (1.2%)	1 (0.0%)	7 (0.2%)
<b>Total</b>	<b>519 (100.0%)</b>	<b>3680 (100.0%)</b>	<b>4199 (100.0%)</b>

Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

Figura 3 – Porcentagem em faixa de remuneração salarial por sexo de empresas não cooperativas de Turvo/SC em 2018



Fonte: RAIS (2020). Elaboração própria.

As lacunas por trás da diferença salarial, entre sexos, podem ser explicadas, segundo Gomes e Souza (2018), pelo tempo de emprego, sendo primeiro emprego, reemprego e remanescentes. Em que o tempo pode ser um fator para explicar a menor remuneração salarial. Independentemente da região ou inserção no emprego, o tempo foi uma variável relevante para explicar as desigualdades (Gomes; Souza, 2018).

Todavia, segundo Galvane, Salvaro e Moraes (2015), quando se analisa, o mercado de trabalho formal, se percebe que a inserção das mulheres, neste espaço, ainda se tem o predomínio dos homens, cabendo as mulheres a participação em determinadas áreas. Para as autoras, historicamente, as atividades são divididas em femininas e masculinas, sendo as mesmas naturalizadas pela divisão sexual do trabalho, isso tem dificultado a entrada das mulheres no mercado de trabalho

## 4.2.7 Resultado do Teste de Chi-quadrado

Os resultados dos testes de associação entre variáveis qualitativas estão demonstrados na tabela 8. Em todos os casos analisados rejeita-se a hipótese nula a um nível de significância de 5%. O que indica na associação entre os grupos, ou seja, há diferenças estatisticamente significantes nos grupos analisados. Para aplicação do teste foram considerados, vínculos formais de trabalho, no município de Turvo, ano de 2018, em que o grupo “Cooperativa” representa vínculos em estabelecimentos que possuem natureza jurídica igual a cooperativa ou cooperativa de consumo. Enquanto o grupo “Outra” representa vínculos em estabelecimento que possuem outra classificação de natureza jurídica que seja diferente de cooperativa e cooperativa de consumo.

Tabela 8 – Resultado do teste de associação entre variáveis qualitativas

<b>Variável</b>	<b>Cooperativa N (%)</b>	<b>Outra N (%)</b>	<b>Total N (%)</b>	<b>Valor p</b>
Remuneração				p < 0.001
Até 2,00 Salários-Mínimos	135 (26.01%)	2057 (55.90%)	2192 (52.20%)	
De 2,01 A 4,00 Salários-Mínimos	216 (41.62%)	1391 (37.80%)	1607 (38.27%)	
Mais De 4,00 Salários-Mínimos	168 (32.37%)	232 (6.30%)	400 (9.53%)	
Escolaridade				p < 0.001
Até 5a Completo Fundamental	33 (6.36%)	344 (9.35%)	377 (8.98%)	
De 6a Fundamental A Médio (Incompleto/Completo)	239 (46.05%)	2730 (74.18%)	2969 (70.71%)	
Superior (Incompleto/Completo)	247 (47.59%)	606 (16.47%)	853 (20.31%)	
Estabilidade (tempo)				p < 0.001
Até 11,9 Meses	107 (20.62%)	1214 (32.99%)	1321 (31.46%)	
De 12,0 A 35,9 Meses	97 (18.69%)	923 (25.08%)	1020 (24.29%)	
Maior Ou Igual A 36,0 Meses	315 (60.69%)	1543 (41.93%)	1858 (44.25%)	
Sexo do trabalhador				p < 0.01
Feminino	232 (44.70%)	1384 (37.61%)	1616 (38.49%)	
Masculino	287 (55.30%)	2296 (62.39%)	2583 (61.51%)	

Fonte: Autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor cooperativo tem crescido, na geração de trabalho formal no município de Turvo/SC. As cooperativas têm sido fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do município por proporcionar acesso a bens e serviços à população. Em cidades pequenas, como Turvo, as vezes são as únicas instituições a servir a população, como são os exemplos da cooperativa de crédito, agropecuária e de energia. As principais atividades econômicas do município de Turvo/SC se desenvolveram a partir da participação efetiva das cooperativas, ao longo dos anos.

No mercado de trabalho, o sexo masculino possui maior participação nacionalmente, ou seja, o número de trabalhadores homens é maior que das mulheres. Em Turvo, não é diferente, os homens, também possuem maior inserção no mercado de trabalho formal, embora a população feminina seja maioria no município. Contudo, nas cooperativas, a mulheres tem conquistado mais espaço e estão mais presentes, mas ainda não alcançaram a igualdade, nem em postos de trabalho e nem na remuneração salarial. Mesmo que tenha níveis de escolaridade superior aos homens.

Para finalizar, se constatou que, as cooperativas de Turvo/SC gerem melhores vínculos de emprego do que as empresas não cooperativas, ainda que apresente desafios a serem superados. Em síntese, os dados indicam que, no período analisado, quando comparadas as empresas não-cooperativas com as cooperativas: 1) as cooperativas promovem vínculos ativos com melhores níveis salariais; 2) os vínculos ativos gerados apresentam maior equilíbrio na distribuição entre as faixas salariais, quando comparados as empresas não cooperativas; 3) contratam trabalhadores com níveis de escolaridade superior as empresas não cooperativas; 4) as mulheres têm melhores níveis salariais em relação às mulheres do setor não cooperativo e, ocupam quase a metade dos postos de trabalho gerados, contudo, ainda permanecem desigualdades salariais em relação aos rendimentos dos homens; 5) a permanência no emprego, nas cooperativas são maiores do que nas empresas não cooperativas.

Por fim, a pesquisa não esgotou todas as dimensões possíveis em matéria de geração de trabalho decente em cooperativas no município. Não foi possível mensurar importantes tópicos relacionados, tais como: diferenças de tratamentos entre os trabalhadores nos diferentes ramos cooperativos, liberdade sindical, proteção social, diferenças nos tratamentos entre cooperados trabalhadores contratados pelas cooperativas. Os dados indicam as potencialidades que as cooperativas apresentam para fomentar trabalho decente, quando avaliados à luz dos indicadores da OIT.

## REFERÊNCIAS

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 119-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v45n1/06.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

**ECONOMIA e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

BONNET, F.; FIGUEIREDO, J. B.; STANDING, G. **A Family of Decent Work Indexes**. *Internacional Labour Review*, vol. 142, nº 2. 2003. Disponível em: [https://www.guystanding.com/files/documents/A\\_family\\_of\\_decent\\_work\\_indexes.pdf](https://www.guystanding.com/files/documents/A_family_of_decent_work_indexes.pdf) Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL, M. D. T. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: MTb, SPPE, DES, CGET, 2016.

BRAÚNA, A. A. **O papel do cooperativismo no desenvolvimento do estado do Tocantins**. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Curso de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2016.

CACCIAMALI, M. C.; CORTÉS, D. L. R. Cooperativas de trabalho associado, instrumentos de precarização ou de resgate de relações de trabalho justas. **Pesquisa & debate**, 21. 307-337, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7428/5420%0D> Acesso em: 21 jul. 2021.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. São Paulo: **Revista de Economia Política**, Vol. 15, nº 4, (60). Outubro-dezembro 1995. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/60-11.pdf>

CENZI, N. L. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**, 1 ed. (ano 2009), 2º reimpr. Curitiba: Juruá, 2012

CONCLA. **Classificações Estatísticas e a Comissão Nacional de Classificação**. 2020. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/concla.html>

ESTEVAM, D. O.; BIZ, J. B.; SALVARO, G. I. J. A trajetória de modernização da cultura do arroz no município de Turvo – Santa Catarina, Brasil. **Agroalimentaria**, vol. 22, núm. 43, pp. 135-150, 2016. Universidad de los Andes. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/1992/199251019009/html/index.html> Acesso em: 11 abr. 2021.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OS desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), pp. 483-486, outubro-dezembro/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v24n4/1809-4538-rep-24-04-483.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2021.

GALVANE, F. A. S.; SALVARO, G. I. J.; MORAES, A. Z. Mulheres em cargos profissionais de chefia: o paradoxo da igualdade. **Revista de Psicologia**, [s. l], v. 27, n. 3, p. 301-309, 2015. Disponível em: [scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0301.pdf](https://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0301.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.

GALVAO, A. et al. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, 2019. p. 253-270. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000200253&lng=en&nrm=iss](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200253&lng=en&nrm=iss) Acesso em: 01 dez. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOMES, M. R.; SOUZA, S. C. I. Assimetrias salariais de gênero e a abordagem regional no Brasil: uma análise segundo a admissão no emprego e setores de atividade. **Revista de Economia Contemporânea**, Londrina, v. 3, n. 22, p. 1-31, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v22n3/1980-5527-rec-22-03-e182234.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/turvo.html>. Acesso em: 21 set. 2021.

JACQUES C. G.; VERGINIO, M. R. C.; ESTEVAM, D. O. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Cooperativismo: Geração de empregos formais em cooperativas no Brasil e Trabalho Decente. **RDS** v.6 n.3 (2020) Número Especial IV CRIARS 34-55pp. Disponível em: DOI: 10.18616/rdsd.v6i3.6318 Acesso em: 01 dez. 2021.

LIMA, J. C. **O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção**: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, out. 2004. Disponível em: <http://bit.ly/385lVNq>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MINATTO, J. M.; CORRÊA, W. K. As estratégias de reprodução na agricultura familiar em Turvo (SC). **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 77-98, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13582/12455>. Acesso em: 25 set. 2021 Acesso em: 01 dez. 2021.

NAMORADO, R. **Cooperativismo** - um horizonte possível. 2005. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/229.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Números do cooperativismo brasileiro. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em: 24 Mar. 2021.

OCECSC. Cooperativas. Disponível em: [http://www.ocesc.org.br/cooperativas\\_busca](http://www.ocesc.org.br/cooperativas_busca). Acesso em: 24 nov. 2020.

OIT. **Trabajo Decente**: primeira edición, Ginebra - Suiza: Oficina Internacional del Trabajo. 1999. Disponível em: <http://bit.ly/2Vt42VU>. Acesso em: 28 fev. 2021.

OIT. **Trabalho Decente nas Américas**: uma agenda hemisférica 2006-2015. In: XVI Reunião Regional Americana, 26., Relatório do Diretor Geral da OIT. Brasília, DF: OIT, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2Tq9tSW>. Acesso em: 28 fev. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Recomendação no 193** - Sobre a Promoção de Cooperativas. Genebra. 2002. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242764/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242764/lang-pt/index.htm) Acesso em: 28 fev. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 28 fev. 2021.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991. 416 p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

SOUZA, M. M. C. **Gestão cooperativa e desenvolvimento local**: Um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/SICCOOB-SAROMCREDI. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. UFV, Viçosa/MG, 2008. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4094/1/texto%20completo.pdf> Acesso em: 12 nov. 2021

VERGINIO, M. R. C. **Cooperativismo**: estudo comparativo do mercado formal de trabalho entre cooperativas e não-cooperativas no extremo sul catarinense de 2006 a 2015. 2017. 43 f. TCC - Curso de Ciências Econômicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5338>. Acesso em: 12 nov. 2021.

## Contribuições de autoria

### 1 – Dimas de Oliveira Estevam

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), Doutor em Sociologia Política, Mestre em Administração e Graduado em Ciências Econômicas

<https://orcid.org/0000-0002-8116-2209> - [doe@unesc.net](mailto:doe@unesc.net)

Contribuição: Conceituação; Curadoria de dados; Análises formais; Metodologia; Escrita – rascunho original; Redação – revisão e edição

### 2 – Mikaela Fenali Corrêa

Graduada em Economia

<https://orcid.org/0000-0003-0830-1548> - [mikaelafenalic@gmail.com](mailto:mikaelafenalic@gmail.com)

Contribuição: Conceituação; Curadoria de dados; Análises formais; Metodologia; Escrita – rascunho original; Redação – revisão e edição

### 3 – Max Richard Coelho Verginio

Graduado em Ciências Econômicas, Graduado em Formação Pedagógica e mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

<https://orcid.org/0000-0002-5235-2687> - [verginio@unesc.net](mailto:verginio@unesc.net)

Contribuição: Conceituação; Curadoria de dados; Análises formais; Metodologia; Escrita – rascunho original; Redação – revisão e edição

## Como citar este artigo

ESTEVAM, D. de O.; CORRÊA, M. F.; VERGINIO, M. R. C. Cooperativismo e geração de trabalho no município de Turvo/SC. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. Santa Maria, v. 10 n. 20, e70046, 2023 DOI 10.5902/2359043270046. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043270046>